



PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DO VEREADOR JÚNIOR CAVALCANTE**



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2017.

**PROTOCOLO**

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº \_\_\_\_\_

Proj. de Lei Comp. nº 915/2017

Resolução \_\_\_\_\_

Decreto Legislativo \_\_\_\_\_

Emenda \_\_\_\_\_

Data 30/05/17 Horário 8-30

*Altera e Acrescenta dispositivos da Lei nº. 53-A, de 27 de Dezembro de 1972, Código de Posturas de Porto Velho, e dá outras providências.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI COMPLEMENTAR:**

**Art. 1º** Altera o artigo 97 da Lei nº 53-A, de 27 de Dezembro de 1972, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 97. Até a distância mínima de 30,00 m (trinta metros) dos estabelecimentos de ensino e de unidades de saúde, será localizado o estacionamento de vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata.”*

**Art. 2º** Altera o artigo 332 da Lei nº 53-A, de 27 de Dezembro de 1972, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 332. O exercício do comércio ambulante, por conta própria ou de terceiros, por meio de equipamento removível apropriado, dependerá de licenciamento concedido pelo órgão municipal competente, nas seguintes modalidades:*

*I – itinerante, quando exercido em vias e logradouros públicos, podendo ser realizada com o próprio corpo ou em equipamento removível, sem direito a estacionamento.*

*II – temporário, quando exercido em prazo determinado, com vistas à divulgação temporária de produtos ou serviços, devendo ser exercido:*



PODER LEGISLATIVO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

### GABINETE DO VEREADOR JÚNIOR CAVALCANTE



*a) em locais previamente autorizados, ficando proibido no perímetro interno de praças e em avenidas consideradas como centros comerciais;*

*b) na faixa de acesso ao imóvel lindeiro, em calçadas compatíveis com o respectivo exercício da atividade, desde que, em nenhuma hipótese, obstrua o passeio público;*

*c) com o prazo máximo para a promoção a que se refere este inciso, de até 05 (cinco) dias, sendo vedada sua renovação, podendo solicitar nova licença, para o mesmo local, após 90 (noventa) dias, contados do término da autorização anterior.*

**III** – *local franqueado ao público, quando exercido em imóveis particulares vago ou com afastamento frontal, desde que autorizado pelo proprietário;*

**IV** – *Estacionado, quando exercido sobre logradouros públicos, em equipamento removível, devendo ser exercido:*

*a) por meio da disposição de equipamentos na parte da via pública destinada ao estacionamento de veículos, ficando proibido em avenidas consideradas como centros comerciais;*

*b) distante 10,00 m (dez metros), no mínimo, de qualquer esquina, medidos a partir do ponto de cruzamento dos alinhamentos das respectivas vias;*

*c) no mínimo, a 50,00 m (cinquenta metros) de distância de estabelecimento comercial que negocie com o mesmo artigo, salvo se exercido em horário diferente do comércio estabelecido ou quando houver acordo entre as partes;*

*d) quando utilizada acomodação para cliente, limite-se a 08 (oito) jogos de banquetas (mesa e duas cadeiras com dimensões pequenas) instaladas na faixa de acesso ao imóvel lindeiro, em calçadas compatíveis com o respectivo exercício da atividade, desde que, em nenhuma hipótese, obstrua o passeio público.*

**§ 1º** *Excluem-se das restrições a que se refere no inciso II deste artigo, o comércio ambulante realizado nos locais próprios, com vistas a preservar a segurança coletiva, nos períodos de:*

**I** - *carnaval, desde o sábado;*

**II** - *semana-santa, a partir da quinta-feira;*

**III** - *finados, desde a antevéspera.*





PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DO VEREADOR JÚNIOR CAVALCANTE**



*§ 2º As prescrições do parágrafo anterior são extensivas a quaisquer dias de festividades públicas e eventos contidos no calendário oficial do Município ou legalmente instituídos.*

*§ 3º Excetuam-se do disposto estabelecido na alínea "c" do inciso IV deste artigo, os vendedores ambulantes de pipocas, doces e sorvetes."*

**Art. 3º** Acrescenta o artigo 332-A na Lei nº 53-A, de 27 de Dezembro de 1972, que vigorará com a seguinte redação:

*"Art. 332-A. A comercialização de alimentos diretamente ao consumidor, de modo itinerante, em veículo automotor ou rebocável adaptado, denominado food truck, depende de prévia autorização órgão municipal competente, e observará no que couber a modalidade estacionado do comércio ambulante.*

*§ 1º Considera-se food truck, veículo automotor ou rebocável adaptado com instalações que propiciem:*

- I - o desenvolvimento de operações mínimas de manipulação de alimentos;*
- II - o armazenamento de alimentos em temperatura adequada;*
- III - a autonomia de água e energia;*
- IV - o depósito adequado de captação dos resíduos líquidos gerados.*

*§ 1º O veículo automotor ou rebocável deve obedecer às dimensões máximas de:*

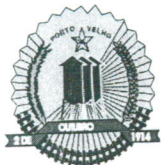
- I - 7m (sete metros) de comprimento;*
- II - 2,50m (dois e meio metros) de largura;*
- III - 3,30m (três metros e trinta centímetros) de altura.*

*§ 2º É permitida a fixação de toldo retrátil no veículo.*

*§ 3º O pré-preparo, o acondicionamento de alimentos e o armazenamento de gêneros alimentícios deve ser realizado em cozinha de apoio, instalada em local distinto do food truck e sujeita à fiscalização da Vigilância Sanitária do Município, atendido o disposto em normas sanitárias.*

*§ 4º Quanto à localização dos food truck, devem ser respeitado o local indicado pela municipalidade e ainda as seguintes condições:*

*I - garantir a mobilidade e a acessibilidade de pessoas e veículos, de acordo com a legislação vigente;*



PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DO VEREADOR JÚNIOR CAVALCANTE**



*II - observar a existência de espaço físico adequado para receber o equipamento e os consumidores, sem prejuízo das atividades desenvolvidas no local;*

*III - observar as sinalizações de visibilidade em intersecção viária;*

*IV - não exercer o comércio itinerante:*

*a) ao longo de vias de trânsito rápido e rodovias;*


*b) em áreas estritamente residenciais, salvo nas praças localizadas nas imediações das áreas residenciais;*

*c) próximo a instituições hospitalares;*

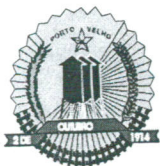
*d) próximo a comércio estabelecido onde sejam exercidas atividades econômicas de restaurante e lanchonete, salvo se exercido em horário diferente do comércio estabelecido ou quando houver acordo entre as partes."*

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Art. 338 da Lei Municipal nº. 53-A, de 27 de Dezembro de 1972.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**JÚNIOR CAVALCANTE**  
Vereador – PHS  
CMPV





PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DO VEREADOR JÚNIOR CAVALCANTE**



**JUSTIFICATIVA**

O ambulante ou camelô, como é popularmente conhecido, é aquele que exerce atividade de venda a varejo de mercadorias, por conta própria, em vias e logradouros públicos. Este Projeto de Lei Complementar visa dispor sobre adequações quanto a regulamentação desta atividade econômica muito presente no cotidiano de nossa cidade.

O comércio ambulante é o destino de boa parte da mão de obra excluída das demais atividades econômicas. O cidadão por possuir alto grau de empreendedorismo e não conseguir oportunidade no mercado de trabalho lança mão de seus próprios recursos e encontra na

É importante afirmar que comércio ambulante não é sinônimo de informalidade. O objetivo da proposição em análise é permitir a organização deste tipo de comércio, mas, principalmente, incentivar o camelô a sair da informalidade e passar a adquirir todos os benefícios de um trabalhador autônomo.

As condições de vida e de trabalho destes trabalhadores e suas famílias apontam para a necessidade de dar visibilidade aos seus direitos como cidadãos e como consumidores.

O Código de Defesa do Consumidor Lei 8.078/90 em seu artigo 3º, qualifica esta categoria de pessoas como entes despersonalizados. São eles: Ambulantes, Camelôs, Doceiros, Garrafeiros, Jornaleiros, Leiteiros, Sorveteiros, Vendedores de cachorro quente, pipoqueiros, padeiros, catadores de ferros velhos e latinhas, verdureiros e etc., por estarem na informalidade são excluídos pela sociedade como se o seu trabalho tivesse menor importância com relação às demais profissões.

O Poder Público deve promover estudos ou programas que integrem este grande número de trabalhadores, fazendo com que possam contribuir para a nossa cidade, criando formas e dispositivos que os permita ter mais dignidade. É de grande importância a elaboração de propostas que tenha como finalidade, dar melhores condições de trabalho para estas pessoas, uma fiscalização diferenciada que procure orientar aos ambulantes e camelôs sobre a qualidade do meio ambiente não só a limpeza, mas também a preservação embora alguns tenham esta preocupação, higiene, pessoal, e dos produtos alimentícios que comercializam, assim como armazenamento, conservação, data de validade, transporte e embalagem.

O local de trabalho destas pessoas são os logradouros públicos, praças, ônibus e pontos turísticos. Carregam seus produtos nos ombros ou em carrinhos de mão improvisados, trabalhando sem carteira assinada, sem um horário de trabalho definido, não possuem EPIs (equipamento de proteção individual), são expostos a ruídos e a condições adversas de temperatura que fatalmente trará complicações de saúde. Todos por falta de instrumentos legais, sem amparo ou profissão reconhecida. A dura realidade destas pessoas é vista por todos, e as autoridades não podem fechar os olhos para este problema.



PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DO VEREADOR JÚNIOR CAVALCANTE**



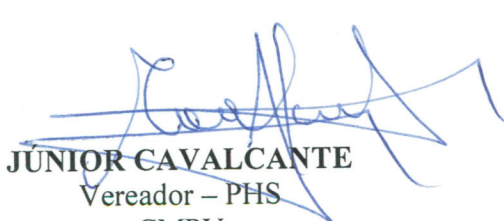
Este grupo de trabalhadores tem grande importância na economia do município, já que faz com que a moeda circule livremente, e que na maioria das vezes não possuem vínculo com bancos ou quaisquer instituições financeiras, compram e vendem seus produtos à vista.

Os ambulantes devem ser vistos como geradores de renda, e não pessoas marginalizadas. O Governo Federal deu enorme contribuição ao permitir que o camelô pudesse ser enquadrado na Lei do Simples Nacional como Microempresário Individual, (MEI). Isto dará ao trabalhador a possibilidade da formalidade e a proteção social concedendo benefícios de aposentadoria, auxílio doença e outros.

O Projeto visa ainda permitir o funcionamento da atividade ambulante denominado "Food Truck" que com a globalização e a facilidade de viagens, veem sido adotados por muitos empresários que viram a possibilidade de empreender e expandir seus negócios ou abrir um primeiro restaurante num modelo diferente, com contato direto com o público, de baixo custo, sem a necessidade de adquirir ponto comercial ou outros encargos. Essa tendência virou moda e incentivou o empreendedorismo, pois muitos consumidores passaram a buscar os caminhões como forma de acesso a alimentos mais sofisticados e a preços acessíveis, assim devendo ser aplicado em nossa região nos moldes de nossas potencialidades.

O Legislativo Municipal ao aprovar este Projeto de Lei Complementar estará fazendo a sua parte, oferecendo ao Poder Executivo novos instrumentos para a organização do ambulante nas calçadas da cidade e a sua inclusão na formalidade, bem como fortalecendo o potencial do setor gastronômico regional.

Portanto, venho nesta oportunidade, solicitar o apoio de meus Nobres Pares para a aprovação da presente proposta.

  
**JÚNIOR CAVALCANTE**  
Vereador – PHS  
CMPV